

## TERMO DE REFERÊNCIA

**NATUREZA DA DEMANDA:** Aquisição de bens de uso comum

**TIPO DE CONTRATAÇÃO:** Pregão Eletrônico - Art. 4º-G da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020


**FORMA DE PROCEDIMENTO:** Sistema de Registro de Preços

**JUSTIFICATIVA:** Medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019, tendo por objetivo a proteção da coletividade. Pregão Eletrônico, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na forma de disputa “aberta”, que será aferido pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme legislações específicas sobre o tema, **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal nº 065/2005; Decreto Municipal nº 342/2006 e Art. 4º-G da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.**

### 1. DO OBJETO

Aquisição de teste rápido para o novo *coronavírus* (COVID-19) *IgM e IgG*, para atender as necessidades de rede municipal de saúde.

### 2. CARACTERÍSTICA DO OBJETO

ITEM	DESCRIPTIVO	IMAGEM ILUSTRATIVA	UNID.	QUANTIDADE
1	<b>TESTE RÁPIDO PARA O NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) IgM/IgG</b> Tipo Sorológicos, que utilizam amostra de sangue e detectam anticorpos (IgM e IgG). deverá seguir a metodologia de Imunocromatografia para detecção rápida e qualitativa dos anticorpos IgG/IgM, devendo constar no pacote a indicação dos anticorpos (imagem ilustrativa ao lado). Com Registro na ANVISA conforme resoluções publicadas.		UNID.	10.000

### 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

**3.1.** Considerando que a ORGANIZAÇÃO MUNCIAL DE SAÚDE – OMS decretou no dia 11 de março de 2020, a doença como uma pandemia mundial e que medidas de combate ao COVID-19 devam se intensificar por todo o mundo, envolvendo ações de atendimentos às pessoas infectadas e, principalmente, não ações de prevenção da doença a fim de evitar um colapso na saúde como um todo;

Considerando o disposto na Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria/MS nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o Decreto Municipal nº 33/2020, que Reconhece a situação de Emergência na saúde pública do Município de Campos dos Goytacazes, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando o Decreto Municipal nº 62/2020, que Decreta o Estado de Calamidade Pública no Município de Campos dos Goytacazes, em razão da grave crise de saúde ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus (2019-nCoV).

A COVID-19 é uma doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 e apresenta como principais sintomas febre, tosse seca e dificuldade respiratória. Essa doença pode iniciar como um simples resfriado, mas pode se agravar e levar à morte. O número de pessoas infectadas em todo o mundo pelo COVID-19 ultrapassou a marca de 6 (seis) milhão no dia 7 de junho do ano corrente, segundo a Universidade Johns Hopkins<sup>1</sup>.

O número de casos diagnosticados, contudo, reflete apenas uma parte do número total de contaminações, haja vista que alguns países apenas fazem os testes com pessoas em estado grave, como é o caso do Brasil.

O Ministério da Saúde divulgou, até às 21h50 do dia 07 de junho de 2020, 18.912 casos confirmados (total é 691.758) do novo coronavírus (Sars-Cov-2), com 525 óbitos novos (total é 36.455)<sup>2</sup>.

O Município de Campos dos Goytacazes, por meio da Secretaria de Saúde registrou, até às 19h20 do dia 07 de junho de 2020, 954 (novecentos e cinquenta e quatro) infectados pelo vírus e 54 óbitos decorrente do mesmo<sup>3</sup>.

Diante da crise que assola o país e o mundo por conta da pandemia do coronavírus, o que já é realidade no nosso município, o governo editou os Decretos nº 33/2020 de 20/03/2020 e nº 62/2020 de 20/04/2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento ao novo coronavírus (COVID-19) diante do atual cenário. Dentre elas, a principal é o isolamento social, em especial daqueles que se encontram infectados. Eis o motivo principal do presente aquisição, visto que os sintomas muito se parecem a um resfriado comum, porém de consequências fatais para idosos, cardíacos, imunossuprimidos, pessoas com doenças respiratórias, dentre outros. Ou seja, para fornecer especial atenção àqueles que precisam de maiores cuidados e medidas drásticas de isolamento, considerando a estrutura do Município, necessário se faz, como forma de contenção do contágio, realizar os testes rápidos.

A OMS recomendou recentemente que os países ampliem realização de testes em pacientes com sintomas do novo coronavírus e fortaleçam ações de isolamento daqueles com suspeita de infecção.

Na avaliação da entidade, que coordena os esforços globais de prevenção e combate à pandemia, tão ou mais importante que adotar medidas de redução da circulação e aglomeração de pessoas é assegurar os exames e o isolamento.

O diretor-geral da organização, Tedros Adhanom Ghebreyesus, reforçou a importância das duas iniciativas para evitar a ampliação da circulação do vírus. “A forma mais eficaz de salvar vidas é quebrar a cadeia de transmissão. E para fazer isso precisa testar e isolar. Não se pode apagar a fogo cego. Não conseguiremos parar a pandemia se não soubermos quem está infectado. Temos uma simples mensagem: testem, testem, testem. Todos os casos suspeitos. Se eles derem positivo, isolem”, declarou.

A testagem deve abranger tanto pessoas que apresentem sintomas, os contactantes de casos confirmados e pré-sintomáticos. Além disso, a organização assinalou a necessidade de os países investirem na construção e ampliação de laboratórios de modo a aumentar a capacidade geral de testagem de suas populações.

A chefe técnica do Programa de Emergências de Saúde da OMS, Maria Van Kerkhove, acrescentou que a estrutura de exames é importante porque em determinadas situações será necessário repetir os testes.

“Recomendamos testes repetidos, pois há possibilidades de falsos negativos. Mas especialmente com pessoas com link epidemiológico, se tem alta suspeita e contato confirmados, é importante fazer um novo teste para aumentar chance de identificar”, sugeriu.

Entendemos sim que há grande escassez de recurso financeiro para suportar tamanha recomendação, visto haver 507 548 habitantes em Campos segundo o senso do IBGE em 2019, não obstante o fato de ser comum ocorrer resfriados constantes nos municípios devido ao clima tropical que se submete o território.

<sup>1</sup> <https://hub.jhu.edu/novel-coronavirus-information/>

<sup>2</sup> <https://covid.saude.gov.br/>

<sup>3</sup> [https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=58631](https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58631)

Nesse sentido, para amparar os munícipes do contágio iminente que se alastra dia após dia, recorremos à aquisição de 10.000 (dez mil) unidades de testes rápidos do COVID-19. Este quantitativo foi calculado de forma estimada, na proporção aproximada de 2% da população campista, a fim de aumentar o campo das pesquisas epidemiológicas em nosso município.

#### 4. EMBASAMENTO LEGAL

4.1. Art. 4º-G da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, prevê que nas **licitações na modalidade pregão, eletrônico ou presencial**, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência, os **prazos** dos procedimentos licitatórios serão **reduzidos pela metade**, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrentes do Corona vírus responsável pelo surto de 2019.

#### 5. DA READEQUAÇÃO DE VALORES

5.1. No que se refere ao registro dos itens objeto da licitação, estes estarão condicionados a análise da adequação dos preços praticados no mercado, podendo a Secretaria Municipal de Saúde revê-los a qualquer tempo, conforme art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 342/2016.

#### 6. DA APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E LEI MUNICIPAL Nº 8.768/17

6.1. Tendo em vista a aplicabilidade dos critérios de tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte e ao empreendedor individual no âmbito das licitações públicas, que são normatizados pelos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e arts. 52 a 56 da Lei Municipal nº 8.768/2017 julgamos oportuno estabelecer o seguinte:

Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no futuro certame, pelo fato de que a separação dos itens por cotas poderá apresentar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, levando em consideração as peculiaridades existentes no mercado de insumos, pois determinados materiais são exclusivas de grandes fabricantes, isto é, empresas de grande porte.

Sendo assim, corroboramos que, a aplicação das vantagens materiais previstas legalmente em benefício das microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas, podem ter sua aplicabilidade dispensada pela autoridade responsável pelo certame de acordo com a conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 57 da Lei Municipal nº 8.768/2017, cujo qual transcrevemos abaixo:

*“Art. 57. Não serão aplicadas as normas dos arts. 52 a 56 desta Lei, quando:*

*II – O tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública, por registrarem preço superior ao valor estabelecido como referência, ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, por incompatibilidade na aplicação dos benefícios.”*

O que se observa, é que a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Municipal nº 8.768/17 visam ampliar a participação das ME/EPP no campo licitatório, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público, principalmente em licitações de grande vulto. Desta forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame, tais como: competitividade; economicidade e eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração”, de acordo com o exposto no art. 3º da Lei nº 8.666/93.

#### 7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. **Local de Entrega:** Almoxarifado do Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Rua Voluntária da Pátria, 875, Centro – Campos dos Goytacazes/RJ, de segunda-feira à sexta-feira, de 8h às 17h.

7.2. Os produtos deverão ser **entregues de no prazo de até 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da Nota de empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

7.3. Das embalagens para entrega:

7.3.1. Os produtos deverão obrigatoriamente estar acondicionados em embalagens de boa qualidade, contendo todas as informações exigidas pelo Código de Defesa do Consumidor e demais exigências impostas por órgãos oficiais competentes.

7.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do produto.

7.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

## **8. CONDIÇÕES PARA REPOSIÇÃO DE PRODUTOS ENTREGUES E CONSIDERADOS INSATISFATÓRIOS**

8.1. Observar o constante nos itens abaixo, quando constatado na entrega do produto, danos que inviabilizem o seu uso, cuja certificação deverá ser atestada por profissional qualificado para tal:

8.1.1. Quando o produto estiver danificado, fica o contratado obrigado a repor integralmente o produto danificado, imediatamente após a notificação;

8.1.2. Quando o produto apresentar desvio de qualidade, fica o contratado obrigado a repor integralmente o produto, desde que notificado oficialmente pelos fiscais da Secretaria Municipal de Saúde.

## **9. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

9.1. O prazo de vigência do presente Registro será de **06 (seis) meses**, a iniciar-se-á na data de sua publicação, podendo ser prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega, por servidor especialmente designado;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do material, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Executar a entrega do material conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração Pública, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento;

11.5. Assumir todos os encargos referentes ao transporte dos materiais até os locais de entrega, observando a legislação competente vigente.

## **12. DA APRESENTAÇÃO DE PROSPECTO TÉCNICO E/OU CATÁLOGO E/OU BULA**

12.1.1. A(s) licitante(s) mais bem colocada(s) deverá(ão) quando solicitado pela Administração, documentação complementar, tais como: Prospecto Técnico e/ou Catálogo e/ou Bula do produto contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas por este Termo.

**12.1.2.** A avaliação dos prospectos e/ou catálogo e/ou Bula, tem por finalidade verificar a conformidade da especificação técnica dos itens prevista neste termo, e será procedida por equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

### **13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**13.1.** As empresas deverão apresentar junto ao envelope de habilitação, os seguintes documentos:

#### **13.1.1. DO PRODUTO:**

**13.1.1.1.** Cópia do Registro (padrão) dos produtos no Ministério da Saúde – ANVISA, conforme Art. 11 da RDC 348/2020 c/c RDC 36/201.

**13.1.1.2.** Autorização de Funcionamento do FABRICANTE, expedida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente do país de origem da mesma;

**13.1.1.2.1.** Em se tratando produto importado deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento da EMPRESA IMPORTADORA do produto, aquela que detém o registro do produto junto a ANVISA;

#### **13.1.2. DA EMPRESA LICITANTE:**

**13.1.2.1.** Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica ou certidão(s), expedido(s) por pessoa jurídica de Direito Público ou privado, apresentado(s) em papel timbrado do emitente, que comprove ter a licitante forneceu ou está fornecendo de maneira satisfatória e a contento, produtos da natureza, com características técnicas, observando as peculiaridades do objeto;

**13.1.2.2.** Autorização de Funcionamento da EMPRESA, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a Lei Federal nº 6.360/1976;

**13.1.2.3.** Alvará de Licença atualizado, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal da sede da licitante, de acordo com o Código Sanitário e legislação complementar.

### **14. DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA de acordo com as ordens de fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura a CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) material(is), desde que não haja fator impeditivo por parte da licitante adjudicada.

**14.2.** Por ocasião da apresentação da nota fiscal, a licitante vencedora deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do CRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

**14.3.** Nenhum pagamento será efetuado à licitante adjudicada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**14.4.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa da fornecedora, o prazo de 30 (trinta) dias recomençará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** O descumprimento das obrigações assumidas em razão desta licitação e das obrigações contratuais sujeitará a(s) licitante(s) adjudicatária(s), garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

**15.1.1.** advertência;

**15.1.2.** pelo atraso injustificado na entrega do item objeto da licitação, será aplicada multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida da obrigação, limitada a 30 (trinta) dias, a partir dos quais será causa de rescisão contratual. Contar-se-á o prazo a partir do término da data fixada para a entrega do item, ou após o prazo concedido às correções, quando o objeto licitado estiver em desacordo com as especificações requeridas;

**15.1.3.** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, nos casos de qualquer outra situação de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas;

**15.1.4.** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

**15.1.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei;



**15.1.6.** aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o termo de contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, também ficará impedido de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

**15.1.7.** As sanções de multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.

## **16. DO FORO**

**16.1.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Campos dos Goytacazes/RJ.

**Campos dos Goytacazes/RJ, 10 de junho de 2020.**

***Dra. Andreyra Moreira de Souza Soares Machado***

Diretora da Vigilância em Saúde  
SMS - Campos dos Goytacazes/RJ

***Kleber Ferreira Porto***

Assessor Chefe do Departamento de Assistência Farmacêutica  
SMS - Campos dos Goytacazes/RJ

***Alexandre Farias Sereno***

Subsecretaria Executiva  
SMS - Campos dos Goytacazes/RJ

*Ciente; pelo prosseguimento.*

***Cíntia Ferrini Farias***

Secretária Municipal de Saúde  
Campos dos Goytacazes/RJ